

Fundo quer discutir regras para controle orçamentário

Bom acordo para o Brasil permitirá estabilizar dívida pública e abrir caminho para redução de juros

FÁBIO PAHIM JR.

Às vésperas de um forte ajuste fiscal, necessário para um programa com o Fundo Monetário Internacional (FMI), os técnicos brasileiros poderão constatar que um bom acordo permitirá estabilizar a dívida pública e, em consequência, abrir caminho para a redução dos juros, conforme estudos há pouco concluídos por especialistas do Fundo. Um dos caminhos é criar regras rígidas para o controle dos orçamentos, nos planos federal, estadual e municipal, como mostra a experiência de inúmeros países analisados pelo FMI.

Desde o Plano Real, a dívida pública brasileira tem crescido rapidamente, superando R\$ 346 bilhões, em julho. Ela já se aproxima dos 40% do Produto

Interno Bruto (PIB). A rolagem dos títulos que a representam torna-se cada vez mais difícil. Este já é um problema crescente no País, mas não é tudo. Pior são suas consequências: por

exemplo, quanto mais cresce a dívida pública, mais é preciso aumentar os juros que o BC paga aos compradores dos seus títulos. Isto não acontece apenas no Brasil, mas em outros países analisados por técnicos do FMI. Os aplicadores em papéis da dívida deixam de aceitar os juros oferecidos, pedindo mais. Esta verdade está-se tornando incontestável no FMI, como demonstram os economistas George Kopits e Steven Symansky, ambos do Fundo, que escreveram um texto sobre Regulamentos de Política Fiscal (Fiscal Policy Rules), divulgado há dias.

O estudo já passou pelo crivo do board de diretores do FMI. Os Regulamentos de Política Fiscal consistem na imposição de medidas de aperto permanente, para segurar o défi-

cit público dentro de parâmetros razoáveis. Frequentemente, são definidos limites percentuais para o déficit, tema que começa a ser debatido, de forma incipiente, no Brasil. Os indicadores são inseridos no sistema legal e devem ser seguidos, sob pena de os governantes ficarem sujeitos a sanções judiciais ou perderem a credibilidade.

O trabalho aplica-se como lava ao Brasil, onde a relação entre a dívida pública fora do Banco Central e o Produto Interno Bruto cresceu mais de 200% entre 1994 e junho de 1998, passando de 10,2% para 32,2% do PIB. O crescimento é ainda maior se for incluída toda a dívida. Tudo está bem quantificado nos apêndices estatísticos do trabalho de Kopits e Symansky, que abrangem dados mundiais. A cada aumento da dívida corresponde um aumento dos juros.

Para um crescimento de 25% na relação dívida pública/PIB, os juros anuais aumentaram entre 1,25% e 5%, conforme as análises compiladas. Elas foram desenvolvidas por cinco diferentes grupos de economistas, alguns de renome internacional, como Vito Tanzi, especialista em contas públicas do FMI. Se

os dados forem extrapolados para o Brasil – que só é citado uma vez, nas tabelas, pelo que já fez de bom em matéria fiscal – torna-se evidente que se a dívida pública não houvesse crescido tão rapidamente, os juros pagos pelo Banco Central para captar recursos poderiam ser menores, o que beneficiaria toda a sociedade, pois juros elevados são inimigos do crescimento econômico.

O trabalho de Kopits e Symansky ajuda a mostrar os resultados obtidos por inúmeros países, em geral, desenvolvidos, que não se limitaram a desenvolver programas de política fiscal, elaborados pelo Executivo, preferindo, além disso, criar leis para obrigar os governos federal, estaduais e municipais a seguir políticas fiscais restritivas.

**DÍVIDA PÚBLICA
SUPEROU
R\$ 346 BILHÕES
EM JULHO**

divida pública

PAÍSES COM REGULAMENTOS DE POLÍTICA FISCAL

ESTADO DE SÃO PAULO

Países	Meta ou limite	Período efetivo	Instrumentos normativos	Nível de governo	Penalidade para o descumprimento
Holanda	Limites ao déficit estrutural	1961-74	Política governamental	Governo central	Perda de reputação
União Européia	3% do PIB de déficit público	Desde 1997	Tratado internacional	Governo geral	Perda de reputação financeira (a partir de 1999)
EUA	Equilíbrio orçamentário anual	Projeto	Emenda constitucional	Governo federal	Judicial
Costa Rica	Déficit limitado a 1% do PIB	Projeto	Emenda constitucional	Setor público	Judicial
Suíça	Ajuste orçamentário cíclico	Projeto	Emenda constitucional	Governo federal	Perda de reputação
Nova Zelândia	Equilíbrio operacional a médio prazo	Desde 1994	Determinação de lei	Setor público	Perda de reputação
Alemanha	Equilíbrio orçamentário anual	Desde 1949	Emenda constitucional	Governos federal e estaduais	Judicial
Japão	Equilíbrio orçamentário anual	1946-75, projeto para 2003	Determinação de lei	Governo central	Judicial
EUA	Equilíbrio orçamentário anual	Vários	Emenda constitucional	Governos estaduais	Judicial
Canadá	Equilíbrio geral ou limite ao déficit	Desde 1993	Determinação de lei	Governos estaduais	Judicial
Indonésia	Empréstimos domésticos proibidos	Desde 1967	Política governamental	Governo geral	Perda de reputação
União Européia	Empréstimos do BC proibidos	Desde 1994	Tratado internacional	Governo geral	Judicial
Argentina, Canadá, Chile, Equador, Hungria, Japão, Peru, EUA	Empréstimos do BC proibidos	Vários	Vários	Governo geral	Judicial
CFA	Empréstimos do BC limitados a 20% das receitas do ano anterior	Desde 1973	Tratado internacional	Governo geral	Financeira
Brasil, Egito, Marrocos, Filipinas, República Eslovaca	Empréstimos do BC limitados a proporção da receita passada	Vários	Vários	Governo geral	Judicial ou perda de reputação
União Européia	Dívida pública limitada a 60% do PIB	Desde 1997	Tratado internacional	Governo geral	Judicial

MAIS DÍVIDA PÚBLICA, MAIORES JUROS

(Efeitos de mudanças na relação entre a dívida pública e os juros de longo prazo)

Autores	Modelo de estimativa ou simulação	Aumento do juro a cada mudança de 25% na relação dívida pública/PIB
Tanzi e Fanizza (1995)	Painel de avaliação	1,75%
Ford e Laxton (1995)	Sistemas de corte estimado (débitos mundiais)	2,5 a 4,5%
Heibling e Wescott (1995)	Estimativas sobre dados agregados mundiais	4 a 5%
FMI (1996)	Simulações pelo sistema Multimod	3%
Faruquee, Laxton e Symansky (1996)	Simulação num modelo de economia fechada	1,25%

28 SET 1998

ArtEstado